



TERRITÓRIO, HISTÓRIA E IDENTIDADE: ASPECTOS CULTURAIS DOS GRUPOS SOCIAIS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL BRASILEIRA

Roger dos Santos Lima

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: roger.sntm@gmail.com

Hugo Athanásios Fotopoulos

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: hugo.fotopoulos@unir.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo compreender os projetos oficiais de desenvolvimento que ocorreram em Rondônia. Portanto analisou-se a política agrícola do Estado, abordando como se deu o contato das culturas que vieram de fora com as culturas que já habitavam a região rondoniana. Utilizou-se como ferramenta metodológica a revisão de literatura. O estudo aborda diversos momentos históricos de Rondônia, passando pelo II Ciclo da Borracha; Criação do Território Federal do Guaporé; Extração da Cassiterita; Abertura da BR-364; Garimpo de Ouro; Ciclo Agrícola, usinas hidroelétricas de Santo Antônio e Jirau e por fim destaca-se Território e Identidade, o eixo principal que compõe o presente artigo. Constatou-se que todos os projetos oficiais do governo proporcionaram grandes movimentos migratórios, apresentando objetivos peculiares para cada período, constituindo assim, uma miscigenação de culturas no referido estado.

Palavras-chave: História. Identidade. Grupos sociais. Rondônia.

TERRITORY, HISTORY AND IDENTITY: CULTURAL ASPECTS OF THE SOCIAL GROUPS OF THE WESTERN BRAZILIAN AMAZON

ABSTRACT

The objective of this article is to understand the official development projects that took place in Rondônia. Therefore, the agricultural policy of the State was analyzed, addressing how the contact of the



cultures that came from outside with the cultures that already inhabited the region rondoniana. The literature review was used as a methodological tool. The study approaches several historical moments of Rondônia, passing through the II Rubber Cycle; Creation of the Guaporé Federal Territory; Extraction of Cassiterite; Opening of BR-364; Gold Coin; Agricultural Cycle, hydroelectric power plants of Santo Antônio and Jirau and finally stands out Territory and Identity, the main axis that composes the present article. It was verified that all the official government projects provided great migratory movements, presenting peculiar objectives for each period, constituting, thus, a miscegenation of cultures in that state.

Keywords: Territory. Identity. Social groups. Rondônia.

INTRODUÇÃO

Objetivo desta pesquisa consiste em compreender os projetos oficiais de desenvolvimento que ocorreram em Rondônia. Para isto analisou-se a política agrícola ocorrida na década de 1970, abordando como se deu o contato das culturas que vieram de fora com as culturas que já habitavam a região rondoniana, para compreender as realidades dos grupos sociais.

O texto aborda questões de História de Rondônia, Geografia, Política, Economia, Meio Ambiente, Reforma Agrária, Política Agrícola além do eixo principal Território e Identidade. Inicialmente é apresentado um contexto Histórico de Rondônia, perpassando pelo “II Ciclo da Borracha” com a chegada dos “Soldados da Borracha” para a Amazônia, “Criação do Território Federal do Guaporé” a posteriori Território Federal de Rondônia¹, “Extração da Cassiterita”, posteriormente a “Abertura da BR 364”, “Garimpo de Ouro” possibilitando a vinda de diversos imigrantes para a região,, “Ciclo Agrícola” que pode instituir a distribuição de diversos lotes com os projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Por fim é apresentado o último grande empreendimento oficial do estado de Rondônia que trata da construção das duas usinas hidroelétricas a de Santo Antônio

¹ Em homenageando a Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (OLIVEIRA, et al. 2011).



e a de Jirau. Todos estes momentos históricos proporcionaram movimentos migratórios, apresentando objetivos peculiares para cada período.

O HISTÓRICO DOS PROJETOS OFICIAIS DE DESENVOLVIMENTO EM RONDÔNIA

O histórico dos projetos oficiais do estado de Rondônia apresenta diversos momentos assim como, “I ciclo da borracha”, “construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré”, etc. Este estudo apresentará os projetos oficiais de desenvolvimento a partir do II ciclo da borracha, com a chegada dos “soldados da borracha” na Amazônia “neste período, ocorreu a consolidação da produção comercial da borracha e o início da migração massiva principalmente de cearenses e outros nordestinos para a Amazônia.”. (AMARAL, 2004, p. 34). Isto devido a Marcha para o Oeste e do tratado de Washington que visava assegurar a produção e o abastecimento da borracha para a Segunda Guerra mundial, portanto “[...] o governo brasileiro vai recorrer [...] ao Nordeste como fonte fornecedora de mão-de-obra. E mais uma vez, contou com uma prolongada seca no ano de 1942, o que facilitou o processo de mobilização dos nordestinos – os “soldados da borracha””. (AMARAL, 2004, p. 42). O objetivo do governo era de abastecer a guerra, fortalecer as fronteiras, além de ocupar, dominar e integrar as regiões desabitadas do interior do país.

Neste período tinha-se como presidente Getúlio Vargas, onde em 13 de setembro de 1943 decretou a criação do Território Federal do Guaporé (SOUZA; PESSÔA, 2010). Dando início a Independência política do novo território em relação ao Estado do Amazonas. Em 17 de fevereiro de 1956, treze anos após a criação do Território Federal do Guaporé o território “passou a ser território de Rondônia, sob a Lei n. 21.731, em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.” (OLIVEIRA, et al. 2011, p. 84). Rondon é considerado um dos cinco maiores desbravadores do mundo, e o maior da Amazônia.

Em meados da década 1950 com a descoberta de cassiterita no vale do Jamari dar-se-á início a um novo processo de desenvolvimento econômico na



região, que perdurou por duas décadas. A prática individual de garimpagem, aos poucos “[...] foram sendo eliminados, até que, em 1970, uma portaria do Ministério de Minas e Energia proibiu essa atividade” (BECKER, 1982, p. 73). Ou seja, a proibição vedava a extração de forma manual em garimpos, sendo permitida a exploração apenas por empresas mineradoras. A partir deste período, inicia-se a vinda das multinacionais para extração do minério.

Outro importante processo de desenvolvimento para a região foi à abertura da BR-029 iniciada na década de 1960, durante o Plano Metas no Governo de Juscelino Kubistchek (J.K), ligando a cidade de Cuiabá a Porto Velho, através dos trabalhos realizados pelo 5º Batalhão de Engenharia e Construção (5º BEC). Posteriormente incumbido pelo Governo Militar o mesmo Batalhão concluiria a construção e a sua pavimentação em 1984 com o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) dando início à BR-364.

A expectativa do Polonoroeste era corrigir a degradação sócio-ambiental criada nos anos 70. Esperava-se melhor integração da região aos centros já modernizados do Sul com a pavimentação da BR 364, a partir de Cuiabá até Porto Velho (1.450km), cujas obras estavam paralisadas desde 76 devido aos choques econômicos provocados pelo preço do petróleo. (SANTOS, 2001, p. 84-85).

A BR-364 que se estendeu dentro do Território Federal de Rondônia, “além do fluxo migratório, a abertura da BR-364 também serviu como via de penetração da especulação financeira no campo rondoniano, no bojo dos incentivos fiscais [...]” (SANTOS, 2001, p. 78). O escoamento do minério influenciou diretamente na ocupação do território através dos projetos de colonização.

Concomitante a este período durante as décadas de 1970 e 1980 ocorre à extração do ouro.

[...] com a alta do preço internacional do ouro e com sucessivas descobertas do metal nas regiões de fronteira, a Amazônia viveu um surto garimpeiro. A região do [...] rio Madeira e o norte de Roraima receberam dezenas de milhares de migrantes, em busca do ouro ou das oportunidades geradas pela fervilhante economia do garimpo. (BRASIL, 2008, p. 48).



A exploração desordenada de ouro na região fora proibida da mesma forma que ocorrerá com a cassiterita.

Posteriormente, a Amazônia mais uma vez incumbiu-se de resolver os problemas do “povo sem-terra”, “[...] do Nordeste e da “terra sem povo” da Amazônia, através da construção de uma rodovia, na verdade um imenso corredor de exportação entre o atlântico e o pacífico: a Transamazônica.”. (BECKER; EGLER 1994, p. 150).

Durante a década de 1970 ocorre um alto crescimento populacional da região devido às políticas agrícolas “Similar ao processo de expansão da colonização no Brasil, Rondônia foi um dos últimos territórios a ser “conquistados” pelos colonizadores. ” (MIRANDA 2004, p. 02). A proposta adveio da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) quando foram instituídos projetos de assentamentos iniciados pelo INCRA que utilizou a distribuição de lotes para famílias oriundas de vários estados do país acarretando um fluxo migratório, conforme, Becker e Egler (1994, p. 150), a ocupação da Amazônia daria “[...] sentido à ideologia da “Nacionalização do Território” enquanto símbolo da construção de um projeto nacional, implicando a ocupação da área e a exportação das suas manufaturas.”. Este contingente de indivíduos migrando para a região acarretou posteriormente (na década de 1980), um alto índice de desmatamento e redefinindo a distribuição geográfica do território. Leão, Azanha e Maretto (2004, p. 5). Constatam que:

Entre os fatores apontados, destacamos a expansão populacional maior do que o previsto e avaliado na época do planejamento do programa, o que gerou um significativo impacto no uso dos recursos naturais, contribuindo para o desmatamento, esgotamento do solo e outros problemas ambientais na região, bem como a invasão das áreas de proteção ambiental e terras indígenas. [...].

Atualmente os investimentos direcionados ao crescimento econômico do estado encontra-se na bacia do Rio Madeira apresentando novas fontes geradoras de energia elétrica, as usinas de Santo Antônio e Jirau, que produzem 3.750 Megawatts cada. “A execução de seus projetos foi iniciada em dezembro de 2008 – no principal rio de navegação, o Rio Madeira – com a projeção de geração de



empregos e movimentação da economia local [...]” (OLIVEIRA, et al. 2011, p. 84-85). Sendo estes os últimos grandes empreendimentos oficiais de desenvolvimento de Rondônia, assim como os outros projetos instituídos pelo Governo Federal. Este último acarretou um significativo fluxo migratório para a região.

Quadro 1. População urbano/rural de Rondônia

Período	Quantidade por habitante	Porcentagem
1960	70.783	-
1970	116.620	64,75%
1980	503.125	331,42%
1991	1.130.874	124,77%
2000	1.377.792	21,83
2010	1.562.409	13,40%
2017	1.805.788	15,58%

Fonte: IBGE

Os dados acima demonstram que nas décadas de 1970 e 1980 foram os períodos de maior migração para a região no período de colonização, as informações presentes no dado de 2017 corresponde a uma estimativa da população.

A POLÍTICA AGRÍCOLA DE 1970 E AS QUESTÕES AMBIENTAIS EM RONDÔNIA

O ambiental e a perspectiva geopolítica do estado de Rondônia surgiram com política agrícola e a criação do INCRA, durante a ditadura militar. De acordo com Amaral (2004, p. 31). “A colonização agrícola de novas terras tem sido uma das estratégias posta em prática pelas elites no processo de expansão das relações capitalistas na região amazônica. ” Em toda a Amazônia ocorriam políticas de distribuição de terras.

O governo brasileiro se fez valer do momento político e histórico como forma de assegurar e controlar o domínio da terra, “Dessa forma, os fluxos migratórios



internos passaram a ter um direcionamento estratégico/econômico.”. (SANTOS, 2001, p. 68). Para que este processo migratório pudesse acontecer utilizou-se de órgãos federais a exemplo do INCRA, criando os projetos: Projetos de Integrados de Colonização (PIC); Projeto de Assentamento (PA); Projeto de Assentamento Direcionado (PAD); e o Projeto de Assentamento Rápido (PAR).

Os integrantes e/ou representantes do INCRA criaram uma metodologia para a programação operacional dos projetos de assentamento de agricultores na qual:

[...] assumia toda a responsabilidade, desde o acesso à terra, a organização territorial e implantação de serviços de infra-estrutura até escolas, postos de saúde, estradas vicinais, armazéns para produção, além da administração e controle do projeto como um todo, de acordo com a metodologia criada. ” (SANTOS, 2001, p. 81).

Todos os projetos suscitados (PIC, PA, PAD e PAR) eram difusores da política que visava à distribuição de pequenas propriedades agrícolas para que pudessem absorver as famílias oriundas de outras regiões do país como é explicitado por Miranda (2004, p. 07), “[...] no início da década de 70, o processo de ocupação do território do atual estado de Rondônia, utilizando agricultores vindos de outros estados, principalmente do Centro – Sul do país, [...]” abrindo assim, caminho e condições favoráveis para pequenos agricultores, tornando-os produtores e proprietários de terras.

Um quesito que não fora levado em conta no período de Colonização e Reforma Agrária na Amazônia fora que os ocupantes anteriores desta região (indígenas e seringueiros, na qual possuíam suas terras/propriedades a margens de rios e igarapés) não foram ouvidos, Amaral (2004, p. 50) relata que “Os projetos implantados não levaram em consideração essas organizações sociais que já faziam parte do contexto da Amazônia. ” Deixando a margem estas populações, que há tempos habitavam esta região. Corroborando Mello (2006, p. 25) elucida que:

As conseqüências sobre os homens tinham pouco significado; o importante era que a exploração de “terras novas” significasse a sua inserção na economia de mercado, o aumento da capacidade de exportação e a



continuidade de investimentos para equipar as novas indústrias e a pesquisar as novas matérias-primas.

A lógica do poder econômico na época resumia-se simplesmente na ocupação das “terras virgens” para a sua exploração.

Neste contexto é relevante ressaltar que Mello (2006), aponta que nesses projetos suscitados os grandes produtores obtiveram benefícios por parte do governo, e apoio do INCRA, ocasionando disparidade e conseqüentemente prejuízo aos pequenos agricultores que se arriscaram nesses projetos, na qual muitas das terras possuíam escassez de água, falta de assistência técnica e estradas com má qualidade, afetando assim a produção das famílias assentadas e o seu desenvolvimento.

Grande parte dos lotes doados pelo INCRA para as famílias pobres estavam próximos dos grandes fazendeiros, a estratégia “[...] foi instalar pequenos agricultores perto das grandes fazendas, pois eles podiam vir a ser empregados como assalariados para o desmatamento e a preparação das pastagens.” (MELLO, 2006, p. 31). Muitos desses pequenos agricultores abriram mão das suas terras e se tornaram empregados assalariados nos latifúndios vizinhos, essas eram as conseqüências/dificuldades encontradas nas terras amazônicas.

Outro aspecto negativo foi que o Governo Federal defendia em sua política de colonização, que garantiria a propriedade dos lotes para aquelas pessoas que desmatassem mais de setenta por cento (70%) da área recebida, (AMARAL, 2004), acarretando um processo de queimadas e derrubadas excessivas no estado de Rondônia causando degradação e poluição, inserindo o estado na região no “Arco de Povoamento Adensado”, “[...] que corresponde à borda meridional e oriental, do sul do Acre ao sul do Amapá, incluindo o sudeste de nordeste do Pará; [...]”. (BRASIL, 2004, p. 21). Região mais degradada da Amazônia Legal. Como pode ser observado no mapa 1.

Mapa 1. Desmatamento na Amazônia até 2013



criação de áreas protegidas não é garantia da conservação da floresta, nem dos direitos das populações que dependem dela para sobreviver”.

O desenvolvimento do atual Estado se deu através do desmatamento, exploração da madeira e de outros produtos oriundos do processo extrativista da floresta, compreende-se que estes aspectos negativos de ocupação e colonização do estado trouxeram degradação ambiental, “Todavia, do ponto de vista ambiental eles produziram impactos irreparáveis quanto ao uso do território e recursos naturais da região. ” (MELLO, 2006, p. 49). Formando uma das regiões mais desmatadas da Amazônia. Este processo de colonização influenciou diretamente na base da formação da identidade da cultura e da economia de referido estado.

A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CULTURA CONTRAPONTO DOS GRUPOS ÉTNICOS DA AMAZÔNIA

Rondônia é um território com uma vasta diversidade social, cultural e econômica, pois apresenta um grande contingente de imigrantes que advieram de vários cantos do Brasil e, tais imigrantes expõem características peculiares distinguidos por Poutignat e Streiff_Fernart (1998, p. 194). Como traços diacríticos, no qual “[...] as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como o vestuário, a língua, a moradia, ou o estilo geral de vida.”. Estas características influenciaram e ainda influenciam na construção da identidade dos que habitam a região deste estado.

Neste viés identificamos as identidades e as culturas como as premissas de compreender como se deu o processo de colonização na Amazônia e também para mapear os diferentes grupos sociais que habitam a região de Rondônia, sobre esta discussão de identidade Oliveira (1973, p. 05). Destaca que, “O conceito de identidade pessoal e social possui um conteúdo marcadamente reflexivo ou comunicativo, posto que supõe relações sociais tanto quanto um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento dessas relações.”. E sobre cultura Lages, Braga e Morellii, (2004, p. 41) descrevem que a “[...] cultura age seletivamente, e não casualmente, sobre seu meio ambiente, explorando as



possibilidades e limites do mesmo”. Desta forma o conceito de identidade e cultura se trata das características comportamentais de um determinado grupo social ou comunidade, reconhecendo que os mesmos constroem esta mesma identidade e/ou cultura a partir das relações sociais com os indivíduos e com o ambiente no qual estão inseridos, neste caso o ambiente amazônico.

Então, o estado é formado pela miscigenação de povos que possuíam as características das populações amazônicas (indígenas, seringueiros, ribeirinhos, catadores de castanha, pescadores artesanais e outros) que por séculos habitavam este ambiente. Do outro lado existem os povos que vieram de outras partes do Brasil como, por exemplo, os sulinos (gaúchos, catarinenses e paranaenses). Oliveira (1973, p. 36), avigora que “[...] quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defrontam; é uma identidade que surge por oposição, implicando a afirmação de nós diante dos outros, [...]”. Portanto, isto difere completamente os sulinos das características das populações amazônicas.

Nas décadas de 1970 e 1980 ocorreu um processo intenso de migração no estado de Rondônia durante a política agrícola no qual uma legião de novas culturas desembarcou nesta região.

A nova frente pioneira para a Amazônia não teve vínculo com a agricultura tradicional, mas sim com grupos industriais nacionais, estrangeiros e multinacionais, sociedades anônimas e de capitais urbanos, cujos investimentos foram respaldados pelo sistema de incentivos fiscais. O poder econômico operava dentro da lógica de ocupação de terras virgens, de valorização do espaço. (MELLO, 2006, p. 25).

Este novo processo de povoamento na Amazônia acarretou drásticas mudanças na forma de produção e trabalho.

Para melhor compreender este processo de mudanças empregaremos o exemplo da produção de farinha que possui a “farinheira” (casa de farinha) como um ambiente social, ou seja, “Os povos tradicionais nos apresentam uma forma diferenciada de relação econômica com a natureza, que se caracteriza através de um caráter cerimonial com o seu ecossistema e com sua coletividade. ”



(FOTOPOULOS, 2014, p. 08). Esta formalidade no ambiente de trabalho familiar e tradicional possui particularidades culturais e simbólicas que além da produção de farinha são importantes para reprodução social destes atores Morán (1990). Com efeito, a Amazônia não é apenas um espaço físico natural, mas um ambiente humano, possuindo representações históricas socialmente acumuladas.

Tal ambiente sofre alterações quando novos grupos sociais surgem com a premissa da produção capitalista transformando a produção e o trabalho amparados apenas no poder econômico Font e Rufi (2006, p. 36). “[...] tudo se mercantilizou, ficou “mercadificado” inclusive os lugares em si: [...] o lugar em si converteu-se em uma mercadoria; não é apenas um lugar para consumir, ele mesmo se transformou em algo “consumível”, em um objeto de consumo”. Sendo assim o trabalho é visto apenas como mão de obra barata que utiliza os recursos naturais voltados para um aumento significativo da produção preocupado apenas no lucro e em atender o mercado capitalista.

O processo civilizatório é em essência um movimento contínuo de alienação e desalienação em que o homem paga um preço elevado por suas conquistas, mas avança irredutivelmente, propondo-se novas metas que, por sua vez, vêm a ser alienantes e desalienantes. (RIBEIRO 1987, p.135).

Diferente das populações tradicionais amazônicas que habitavam/habitam a região rondoniana que entendiam/entendem que o poder da produção estaria ligado a preservação do ambiente “[...] somos levados a imaginar cada grupo desenvolvendo sua forma cultural e social em isolamento relativo, essencialmente, reagindo a fatores ecológicos locais, ao longo de uma história de adaptação por invenção e empréstimo seletivo. ” (POUTIGNAT; STREIFF_FERNART, 1998, p. 190). Este tradicionalismo cultural perde espaço para a aculturação dos grupos sociais oriundos das outras regiões na qual identificam esse processo de relação social e de preservação da natureza numa premissa totalmente inversa.

Em algumas regiões da Amazônia após a política agrícola da década de 1970 desenvolvida na Amazônia, o processo de colonização e o contato das culturas provenientes do sul (os sulinos) e as populações tradicionais amazônicas (catadores



de castanha, ribeirinhos, etc.) redefiniram a organização social, o espaço (território) a cultura e identidade de Rondônia, criando o processo de miscigenação e aculturação destes povos amazônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise histórica exposto nesse artigo constatou-se que o processo de colonização mediante as políticas desenvolvimentista de colonização do governo federal durante a década de 1970 e 1980 influenciou diretamente nos aspectos ambientais, econômicos e principalmente na construção de uma nova cultura e identidade para a região.

Tais grupos amazônicos que anteriormente habitavam a Amazônia vêm a séculos escrevendo sua cultura possuindo assim um papel fundamental na formação da identidade e de seu território. Contatou-se também que os povos que aqui habitavam tinham o meio ambiente como marca predominante para representar as práticas culturais, obtendo as suas representações simbólicas como ponto de referência.

Por fim identificamos que o atrito do capital com o tradicional e que mesmo o estado de Rondônia (o interior principalmente) se tratando da região amazônica, prevaleceu às características dos sulinos, no qual se apropriaram deste território e reconstituíram suas identidades territoriais em novos espaços. Sendo assim, compreendemos e identificamos que a cultura não é um aspecto imutável, sabendo que os povos se misturam dando origem a novas culturas e a novas identidades.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, J. J. de O. **Mata Virgem: Terra Prostituta**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.
- BECKER, B. **Geopolítica na Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- BECKER, B.; EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 150.



BRASIL. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável: Diagnóstico e estratégia.** Brasília: MMA, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira.** Brasília: MMA, 2008.

FONT, J. N.; RUFI, J. V. **Geopolítica, identidade e globalização.** - São Paulo: Annablume, 2006.

FOTOPOULOS, H. A. As Políticas Públicas de Desenvolvimento e as Populações Tradicionais dos Remanescentes Quilombolas do Guaporé. **Revista Africana**, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/BNbf7K>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico. **O fim da floresta? A devastação das unidades de conservação e terras indígenas no estado de Rondônia.** Rondônia, 2008.

IBGE. **População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio - 1960/2010.** Disponível em: <<https://goo.gl/CNLRdd>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

IPAM. **Desmatamento na Amazônia até 2013.** Disponível em: <<https://goo.gl/gmBG7x>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.). **Territórios em Movimento: Cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** Brasília DF: Relume Dumará, 2004.

LEÃO, A. C. S.; AZANHA, G.; MARETTO, L.C. **Estudo socioeconômico sobre as terras e povos indígenas situados na área de influência dos empreendimentos do rio Madeira (UHES Jirau e Santo Antonio): diagnóstico final e avaliação de Impactos nas terras indígenas Karitiana, Karipuna, Lage, Ribeirão e Uru-Eu-Wau-Wau.** Brasília: Furnas, 2004.

LISBOA, A. M. **Caracterização do Meio Físico para fins de Projetos de Colonização no município de Cujubim RO.** Rio Claro, 2001. 104 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

MELLO, N. A. **Políticas territoriais na Amazônia.** São Paulo: Annablume, 2006.

MIRANDA, S. L. V. de. A colonização em Rondônia e as unidades de conservação. **Presença Revista de Educação, Cultura E Meio Ambiente.** Mai. nº 29, Vol. VIII, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/xza3m1>>. Acesso em 01 fev. 2017.

MORÁN, E. F. **A ecologia Humana das populações da Amazônia.** Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

OLIVEIRA, O. F. de. et al. A implementação do plano territorial de Desenvolvimento rural sustentável e do programa territórios da cidadania no estado de Rondônia. **Revista Grifos.** v. 20, n. 30/31, p. 81-102, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/thBH9V>>. Acesso em 21 fev. 2017.



OLIVEIRA, R. C. de. **Identidade Etnia e Estrutura Social**. ed. Biblioteca pioneira de ciências sociais. 1973.

POUTIGNAT, P.; STREIFF_FERNART, J. **Teorias da Étnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo: ed. UNESP, 1998.

RIBEIRO, D. **Os Brasileiros**: 1. Teoria do Brasil. ed. Vozes. Petrópolis, 1987.

SANTOS, C. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: Edufro. 2001.

SOUZA, M. M. O. de.; PESSÔA, V. L. S. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 8, p.143-160, jul./dez. de 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/80hYld>>. Acesso em 03 mar. 2017.